



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 012/2008/GAB/SEMFAZ

Dispõe sobre a padronização dos procedimentos necessários à formalização e tramitação dos processos cujo pleito versar sobre inscrição no cadastro mobiliário fiscal ou alterações e adota formulários específicos de Requerimento.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA do Município de Porto Velho, no uso de suas atribuições legais, particularmente as que lhe confere o disposto no Decreto nº. 10.089, de 19 de setembro de 2005.

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar, simplificar e disciplinar as rotinas administrativas quanto à formalização e tramitação dos processos requeridos para a Inscrição no Cadastro Mobiliário Fiscal para Empresas ou Profissionais Autônomos – com expedição obrigatória do Alvará de Localização e Licença para Funcionamento.

RESOLVE:

Art. 1º - Padronizar os procedimentos correlatos à formalização e tramitação dos processos cujo pleito versar sobre inscrição no cadastro mobiliário fiscal e alterações.

Art. 2º - Adotar formulários específicos de Requerimento, conforme os modelos constantes do anexo II desta Normativa.

DA FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

Art. 3º – O processo será formalizado na Divisão de Atendimento – DAC / PROTOCOLO da Secretaria Municipal de Fazenda de Porto Velho – SEMFAZ.

Art. 4º – O processo será formalizado com as cópias autenticadas dos documentos.

§ 1º – Somente será certificada a autenticidade de cópias de documentos, por servidor do quadro efetivo desta Secretaria, se apresentado os originais.

§ 2º – As cópias dos documentos devem ser legíveis, sem emendas e/ou rasuras.

Art. 5º – Para formalização do processo é obrigatória a apresentação dos documentos relacionados a cada tipo de solicitação, constante no anexo I desta Instrução Normativa.

§ 1º – Na hipótese de faltarem quaisquer dos documentos exigidos o requerente fica notificado a apresentá-los em 48 (quarenta e oito) horas, a não apresentação da documentação injejará em procedimento de ação fiscal com aplicação da legislação municipal em vigor.

Art. 6º – A taxa de expediente referente à abertura de processo deverá ser lançada ao término da instrução processual, pela Divisão de Informação Econômico Fiscal – DIEF



responsável para efetuar o cadastro, juntamente com as demais taxas relativa a expedição do Alvará para Localização e Funcionamento.

Art. 7º – Ficam criados os requerimentos específicos citados no Anexo I, cujos formulários de requerimento compõem o anexo II.

Parágrafo único. O requerimento do pedido deverá ser assinado pelo sócio ou proprietário, quando empresa, ou pelo próprio requerente, quando autônomo.

Art. 8º – Para fazer prova da qualificação do requerente, ao requerimento inicial, devem ser anexadas cópias simples dos seguintes documentos:

I. PESSOAS NATURAIS

- a) Cédula de identidade;
- b) CPF.

II. PESSOAS JURÍDICAS

- a) Atos constitutivos, compostos de contrato ou estatuto sociais e última alteração, registrados no órgão competente ou lei de criação quando se tratar de órgão público;
- b) CNPJ;
- c) Cédula de identidade e do CPF do subscritor do requerimento, com poderes de representação da sociedade, conforme indicado nos respectivos atos constitutivos, quando se tratar de órgão público a portaria ou decreto que nomeia o representante.

Art. 9º – Formulando-se o requerimento inicial por procurador, ou sobrevivendo sua admissão ao procedimento administrativo tributário posteriormente, devem também ser anexados:

- a) original ou cópia autenticada do instrumento de mandato, com outorga expressa de poderes de representação perante a administração pública municipal para a prática do ato, em se tratando de empresa estrangeira, inteiro teor do contrato ou estatuto e prova de achar-se a organização constituída conforme a lei de seu país, em português ou traduzido por tradutor oficial;
- b) cópia da cédula de identidade e do CPF do outorgado;
- c) sendo caso de substabelecimento de mandato, original ou cópia do instrumento correspondente.

Art. 10 – Os processos administrativos tributários de cadastro e/ou alteração cadastral, quando conclusos, não poderão ser reutilizados para juntada de novos pleitos, situação que ensejará a formalização de novo processo.

Art. 11 – Fica revogada disposições em contrário, e especial os incisos I, II e XXIV do Item 1º da Instrução Normativa DAT/SEMFAZ – Nº 001/2002.



Art. 12 – Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 09 de Outubro de 2008.

Wilson Correia da Silva
Secretário Municipal de Fazenda

ANEXO I

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS

Anexo à Instrução Normativa nº. 012/2008

I. CADASTRO DE ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO – EMPRESA.

- a) Requerimento específico;
- b) Contrato Social, ou declaração de Empresário, registrado na Junta Comercial;
- c) CNPJ;
- d) RG e CPF dos sócios;
- e) RG e CPF do representante legal, se o requerimento for assinado por este;
- f) Comprovante de Inscrição Imobiliária (ex: copia de DAM ou do carnê do IPTU);
- g) Certidão Informativa do Imóvel (para imóvel não cadastrado no Sistema – Modulo de Cadastro Imobiliário – BCI);
- h) Contrato de compra e venda, se próprio (caso não figure no Cadastro Imobiliário como proprietário, compromissário ou posseiro);
- i) Contrato de locação com firma reconhecida, se alugado;
- j) Declaração de cessão do imóvel com firma reconhecida, se cedido;
- k) Documento que comprove que o locador (es) ou o(s) cedente(s) estar(ão) habilitado(s) a alugar o imóvel, caso este(s) não figure(m) no Cadastro Imobiliário como proprietário(s), compromissário(s), ou posseiro(s);
- l) Termo de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
- m) Protocolo de solicitação do Alvará de Autorização Sanitária junto ao Departamento de Vigilância Sanitária para empresas cujas atividades constem na Lei nº 1.562/2003, e os que, pela natureza das atividades desenvolvidas, possam comprometer a proteção e preservação de saúde, individual e coletiva.

II. CADASTRO DE ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO PARA PROFISSIONAL AUTONOMO

- a) Requerimento específico;
- b) Certificado de escolaridade;
- c) Certificado de registro no órgão de classe, para nível médio e nível superior;



- d) RG e CPF;
- e) Comprovante de residência (conta de água, luz, telefone ou correspondência bancária);
- f) Comprovante de Inscrição Imobiliária (ex: copia de DAM ou do carnê do IPTU);
- g) Certidão Informativa do Imóvel (para imóvel não cadastrado no Sistema – Modulo de Cadastro Imobiliário – BCI);
- h) Contrato de compra e venda, se próprio (caso não figure no Cadastro Imobiliário como proprietário, promissário ou posseiro);
- i) Contrato de locação com firma reconhecida, se alugado;
- j) Declaração de cessão do imóvel com firma reconhecida, se cedido;
- k) Documento que comprove que o locador (es) ou o(s) cedente(s) estar(ão) habilitado(s) a alugar o imóvel, caso este(s) não figure(m) no Cadastro Imobiliário como proprietário(s), promissário(s), ou posseiro(s);
- l) Termo de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
- m) Protocolo de solicitação do Alvará de Autorização Sanitária junto ao Departamento de Vigilância Sanitária para empresas cujas atividades constem na Lei nº 1.562/2003, e os que, pela natureza das atividades desenvolvidas, possam comprometer a proteção e preservação de saúde, individual e coletiva.

III. CADASTRO DE PROFISSIONAL AUTONOMO SEM ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO

- a) Requerimento específico;
- b) Certificado de escolaridade;
- c) Certificado de registro no órgão de classe, para nível médio e nível superior;
- d) RG e CPF;
- e) Comprovante de residência (conta de água, luz, telefone ou correspondência bancária).

Porto Velho, 09 de Outubro de 2008.



ANEXO II

FORMULÁRIOS

I. CADASTRO DE ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO – EMPRESA

II. CADASTRO DE ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO PARA PROFISSIONAL AUTONOMO

III. CADASTRO DE PROFISSIONAL AUTONOMO SEM ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO

ANEXO III

FLUXOGRAMA



I. CADASTRO DE ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO – EMPRESA

II. CADASTRO DE ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO PARA PROFISSIONAL AUTONOMO

III. CADASTRO DE PROFISSIONAL AUTONOMO SEM ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO